

DISCUTINDO AS RESERVAS EXTRATIVISTAS EM UM CONTEXTO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Cláudia Conceição Cunha & Carlos Frederico B. Loureiro¹

Dentre as categorias pertencentes ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Reservas Extrativistas (RESEX) provavelmente são as que melhor caracterizam o ideário de conquistas sociais aliadas à conservação ambiental, uma vez que não apenas permitem a presença de seres humanos no interior de seus limites, mas a tem como seu pressuposto de criação, representando a conquista de um grupo social na redistribuição de um território. Entretanto, essa conquista não significou a mudança nas relações econômicas da sociedade em que está inscrita, apresentando-se como um desafio a ser enfrentado pelas políticas e ações a serem desenvolvidas nestas Unidades para efetiva inclusão de seus moradores à estrutura societária de distribuição de renda, que não será alcançada com a simples inserção de seus produtos no mercado, e sim com o controle no sistema de decisão sobre a produção, baseada na lógica dos sujeitos sociais envolvidos e não nas estruturas já definidas de satisfação do mercado consumidor.

O movimento seringueiro que originou a criação das RESEX, nas décadas de 80 e 90, contrapôs-se a um modelo de exploração agropecuária incentivado por políticas governamentais. As RESEX surgem como uma proposta de mudança na estrutura territorial e sócio-econômica da região, advindas de ampla negociação na formulação de políticas coletivamente definidas (Silveira, 1997), em que o “direito de ficar” se sobrepõe ao “direito de ir e vir” dominante na sociedade capitalista e explicitado pelo direito de compra e venda de propriedades (Gonçalves, 2000).

Por outro lado, mais de uma década após a criação das primeiras RESEX, estudos relatam dificuldade de organização comunitária, que reflitam a formação de associações atuantes e representativas, e a perda de autonomia do movimento sindical acreano na discussão de políticas ditadas por instituições governamentais e agentes financeiros internacionais (Gomes Filho *et al*, 2004; Paula, 2004). Este cenário demonstra que não basta a conquista inicial para a sua permanência como um direito inalterado, pois o campo de lutas é permanente. Faz-se necessário que se fortaleçam os sujeitos visando equilibrar a capacidade de negociação e defesa dos interesses entre os diferentes atores, em um empoderamento da comunidade para que realize seu processo emancipatório (Demo, 2004).

¹ Cláudia Conceição Cunha: Programa EICOS/IP/UFRJ - cccunha@hotmail.com
Carlos Frederico B. Loureiro: Programa EICOS/IP/UFRJ - floureiro@openlink.com.br

Este trabalho discute a inserção das Reservas Extrativistas no atual modelo de desenvolvimento, problematizando a possibilidade de inclusão social em um cenário excludente.

A análise será desenvolvida a partir da compreensão de que os atores capazes de transformação social se definem vinculados ao modo de produção, à vida cotidiana particular e coletiva, ao Estado, e que estes devem participar com suas especificidades no trabalho pedagógico dialógico e comunicativo (Loureiro, 2005).

Segundo Acselrad (2001), dois processos caracterizam a territorialidade do capitalismo brasileiro: concentração crescente de poder de controle dos recursos naturais nas mãos de poucos agentes e privatização do uso do meio ambiente comum. Enquanto isso, na proposta das RESEX há uma clara oposição à apropriação privada para a acumulação capitalista, uma vez que a posse da terra é coletiva (Concessão de Direito Real de Uso), e fundamentada na exploração sustentável dos bens naturais através do extrativismo, que define a “demarcação” da terra pelas estradas de seringa, castanheiras e pelos igarapés, marcando uma outra geografia política e social caracterizada pelo apego à floresta e seu uso, e não pelo valor da terra em si (Silva, 2001). Tem-se a comunidade territorializada, que de acordo com Gonçalves (2000) tem envolvimento próprio, com limites, fronteiras e identidade sociocultural distinta. Está posto o conflito de interesses a ser enfrentado com vistas à sua superação.

Ao se discutir estratégias de desenvolvimento para comunidades de RESEX, a base ainda é a modernidade liberal: cientificismo, controle da realidade social e crença na melhoria social a partir de melhoria científica (Escobar, 1995). Ao mesmo tempo em que se impõe a necessidade de respeito à cultura e construção coletiva de alternativas de desenvolvimento, utiliza-se uma concepção tecno-econômica em que se ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, e da cultura (Morin e Kern, 2003).

Da mesma forma que não se pode aplicar os mesmos critérios de avaliação baseados na lógica competitiva e de obtenção de renda vigentes (eficiência, competitividade), ao discutir a exploração cooperativa de borracha nativa (Acselrad, 2004), é urgente o estabelecimento de critérios baseados em uma lógica distributiva em que as questões sociais e ambientais não sejam subordinadas às econômicas.

Acreditamos que uma estratégia fundamental para esta transformação diz respeito ao protagonismo dos grupos diretamente atingidos (os moradores e usuários² da RESEX) no

² Utilizamos o termo *usuários* para nos referir às comunidades das RESEX Marinhas uma vez que não residem dentro dos limites da RESEX, mas são usuárias de seus recursos (marisqueiras, pescadores, etc.). Este termo

processo de construção de políticas públicas adequadas ao Território e a sua gestão, que se materializa a partir da compreensão de que participar é:

“...compartilhar poder, respeitar o outro, assegurar igualdade na decisão, propiciar acesso justo aos bens socialmente produzidos, de modo a garantir a todos a possibilidade de fazer a sua história no planeta, de nos realizarmos em comunhão...” (Loureiro, 2004:18)

Destacamos a importância de se pensar/planejar/executar políticas públicas integradas para as RESEX, que contemplem não apenas estratégias de conservação da sua cultura, mas também de educação, saúde e renda que possibilitem às comunidades participar dos espaços decisórios em igualdade de condições com os outros atores envolvidos, em um processo verdadeiramente emancipatório pautado pelo respeito à diversidade cultural, pela participação e autogestão (Loureiro, 2006), uma vez que políticas públicas que reconheçam as especificidades regionais do território e das culturas são estratégicas em um modelo de desenvolvimento que coloca a cidadania como sua condição e que subordina o projeto econômico às especificidades dos sujeitos sociais (Acsehrad, 2001).

A criação da RESEX representa uma conquista, porém não garante a inclusão daqueles que estão historicamente excluídos dos processos de decisão, única forma por nós entendida como capaz de promover inclusão social, uma vez que a entendemos como participação no jogo societário de decisões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (org.) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll. 2004. p. 13-35.
- ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G., SILVA, M., DINIZ, N. (org.) *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 75-96. 2001
- DEMO, P. *Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Líber Livro Editora. 2004.
- ESCOBAR, A. El Desarrollo sostenible: diálogos de discursos. *Ecología política*, v. 09, p. 7-24. 1995.

encontra-se em discussão, uma vez que confunde-se com o papel dos exploradores de turismo que não se configuram como “comunidades” da RESEX, apesar de serem usuários da mesma.

- GOMES FILHO, A. et al., Caracterização socioeconômica da RESEX do Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Vol. I, Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004.
- GONÇALVES, C. W. P. Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade. In: Quintas, J. S. *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Edições Ibama, p. 49-76. 2000. Coleção meio ambiente, n. 03.
- LOUREIRO, C. F. B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, Brasília, ano I, n. 0, p. 13-20. 2004
- LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. *Educ. Soc.* v. 26, n.93, p.1473-1494. set/dez. 2005.
- LOUREIRO, C. F. B. Emancipação. In: FERRARO JÚNIOR, L. (org.) *Encontros e Caminhos da Educação Ambiental*. Brasília: MMA/DEA, 2006. (no prelo).
- MORIN, E. e KERN, A. B. *Terra Pátria*. Silva, P. A. N. da (trad.). 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 181p. 2003.
- PAULA, E. A. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no Acre: conquistas e retrocessos. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 7, n. 05, p. 86-101. 2004.
- SILVA, M. Histórias da floresta, da vida e do mundo. In: VIANA, G., SILVA, M., DINIZ, N. (org.) *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 199-212. 2001.
- SILVEIRA, D. L. Educação ambiental e conceitos caóticos. In: PEDRINI, A. de G. (org.) *Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 188-259. 1997.